

PETROLEIROS

Congresso contribuiu para o fim da greve



Jader Barbalho



Marina Silva

O encerramento da greve dos petroleiros dominou os debates da sessão do Senado na manhã de sexta-feira. "O Congresso cumpriu seu papel e colaborou para o fim da greve", afirmou o senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB, depois de relatar em plenário a intermediação feita na quinta-feira por líderes políticos, que levaram ao presidente Fernando Henrique Cardoso documento com propostas para o fim da greve.

Jader informou que, ao comunicar ao presidente da Fe-

deração Única dos Petroleiros, Antônio Carlos Spis, às 22h de quinta-feira, os pontos aceitos pelo Palácio do Planalto, percebeu "boa vontade" do líder petroleiro para encerrar a greve. O líder do PMDB destacou que foi fundamental para o encerramento da greve a decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de concordar com a revisão de parte das demissões feitas pela Petrobrás. O presidente, no entanto, conforme Jader Barbalho, não aceita negociar qualquer ponto já decidido pela Justiça.

Cancelar demissões, nova luta

A senadora Marina Silva (PT-AC), depois de falar por telefone com Antônio Carlos Spis, informou que as negociações com a Petrobrás recomeçam nesta terça-feira.

Ela considera o cancelamento das demissões o ponto fundamental a ser discutido pelo Senado.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) ressaltou que o desbaratamento das forças sindicais do país "não interessa nem ao governo e nem à sociedade".

O final da greve foi bom para o país, ponderou em discurso o senador José Roberto Arruda (PP-DF). "A sociedade respirou aliviada", afirmou.

O senador Bernardo Cabral (AM), líder do PP, elogiou o esforço de entendimento para se chegar ao fim da greve.

Já o senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que o governo foi o vencedor, por ter jogado duro para ganhar a batalha. No entanto, disse esperar que o vencedor tenha humildade suficiente para não punir os grevistas.

CONTAS FANTASMAS

Amin acusa BC de "silêncio escandaloso"

A não-divulgação do resultado do recadastramento bancário promovido pelo Banco Central foi classificada pelo senador Esperidião Amin (PPR-SC) como um "silêncio escandaloso". Para ele, o recadastramento deveria apontar os beneficiários de "contas fantasmas".



Esperidião Amin

Amin criticou a "promiscuidade flagrante" entre o Banco Central e o sistema financeiro. "Isso é cumplicidade", afirmou, ao comentar a substituição de Pêrsio Arida por Gustavo Loyola, ex-presidente do BC e sócio do ex-ministro da Fazende-

da Mafson da Nóbrega em uma consultoria que presta serviços à Febraban, segundo o senador.

Amin disse que os bancos no Brasil estão sempre na

colheita. "Para eles não há seca ou geadas, estão condenados a ter sucesso, a ter lucro até com incompetência", afirmou. Amin defendeu a aprovação do projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que impõe uma "quarentena" a ex-presidentes e ex-diretores do Banco Central antes que assumam atividades na iniciativa privada.

NESTA EDIÇÃO

Senadores temem efeitos dos juros altos

Página 3

Pontos excluídos podem voltar à Lei de Patentes

Página 4

Jatene adia debate com senadores

Foi adiado de amanhã para o dia 20 o debate entre o ministro da Saúde, Adib Jatene, e os senadores da Comissão de Assuntos Sociais sobre as novas formas de financiamento da saúde pública no Brasil, principalmente a sugestão do ministro de se reeditar o IPMF. Jatene solicitou adiamento em razão de viagem aos Estados Unidos.

Nesta quarta-feira, dia 7, às 14h30m, o secretário de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardemberg, falará à Comissão Especial mista destinada a reavaliar o Projeto Calha Norte. O debate será na sala 2 da Ala Nilo Coelho.

CENTRO-OESTE

Região terá projeto de desenvolvimento

Os governadores e as bancadas federais dos estados do Centro-Oeste reúnem-se nesta quarta-feira, dia 7, no Senado Federal, para consolidar uma proposta concreta de modelo de desenvolvimento para a região, informou o senador José Roberto Arruda (PP-DF).

No mesmo dia, governadores e parlamentares serão recebidos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem farão a entrega do documento final, que contempla, segundo Arruda, a formalização de um modelo de desenvolvimento específico para as cidades-satélites do Distrito Federal e toda região

do entorno.

O senador disse que uma maior atenção aos problemas do Centro-Oeste será a variável mais importante na diminuição das desigualdades e diferenças regionais. A proposta desse encontro em defesa do Centro-Oeste, segundo Arruda, foi da iniciativa do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), recebendo o apoio das bancadas federais e dos governadores da região.

Arruda registrou também a passagem do 37º aniversário da cidade-satélite de Taguatinga (DF), considerada "o centro de gravidade econômica do entorno do Distrito Federal".

Parecer do gás será votado na quarta

O parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA) sobre a proposta de emenda constitucional que possibilita a exploração de gás canalizado por empresas privadas será votado nesta quarta-feira (dia 7) pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

A CCJ dispõe ainda de quinze dias para emitir o parecer, depois do pedido de vistas formulado pelos senadores Lauro Campos (PT-DF), Jefferson Peres (PSDB-AM), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Ademir Andrade (PSB-PA).

Lobão rejeitou a emenda dos cinco senadores do PT, estabelecendo mecanismos de parceria entre o Estado e a empresa concessionária.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

9h30 - Visita ao Prodasen (Internet)

11h - Sessão Especial do Senado em comemoração ao "Dia Mundial do Meio Ambiente". Local: Plenário do Senado Federal.

14h30 - Presidência Ordinária do Senado.

17h - Concede audiência ao deputado Marcos Arruda.

PLENÁRIO

11h - Sessão Especial

Pauta: Homenagem ao "Dia Mundial do Meio Ambiente".

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Não foram agendadas matérias para a Ordem do Dia.

COMISSÕES

Previsão dos trabalhos das comissões para a semana:

Terça-feira (06.06.95)

10h - Comissão Especial "destinada a examinar o PLC nº 118/84, que institui o Código Civil".

Pauta: Exposição do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Moreira Alves. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Matérias de competência da comissão. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Matérias de competência da comissão. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Temporária Interna "destinada a inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação".

Pauta: Reunião de trabalho. Local: Sala 07 - Ala Senador Ale-

xandre Costa.

17h - Comissão Especial Temporária Interna "destinada a promover ampla discussão acerca de políticas, programas, estratégias e prioridades visando o desenvolvimento do Vale do São Francisco".

Pauta: Painel sobre "comercialização da produção". Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

Quarta-feira (07.06.95)

9h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.012/95, que trata das mensalidades escolares.

Pauta: Reunião de trabalho. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Matérias de competência da comissão. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Matérias de competência da comissão. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h30 - Comissão Especial Mista "destinada a reavaliar o Projeto Calha Norte".

Pauta: Exposição do Secretário de Assuntos Estratégicos, embaixador Ronaldo Mota Sardenberg. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

Quinta-feira (08.06.95)

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Matérias de competência da comissão. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação

Pauta: Matérias de competência da comissão. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

Juro alto custa US\$ 100 milhões por dia

Senador João Rocha, ex-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, aponta taxas elevadas e falta de regulamentação para o ingresso de capitais especulativos como riscos ao Plano Real

Urgência para alternativa a taxas elevadas

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou que pediu urgência na votação de seu projeto que autoriza o Executivo a criar alíquotas adicionais de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) toda vez que um produto ficar escasso no mercado. Com isso, o preço do produto se elevará, desestimulando os consumidores a comprá-lo, o que normalizaria o abastecimento. O IPI adicional substituiria os juros altos, atualmente usados pelo governo para conter o consumo.



Pedro Simon

Ele disse ter enviado o projeto ao presidente e aos ministros da área econômica, mas que "não teve até agora uma resposta", reclamou. O senador José Roberto Arruda (PP-DF), como vice-líder do governo, comprometeu-se a obter uma apreciação do projeto junto ao Ministério da Fazenda.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apoiou a proposta e sugeriu que parte dos adicionais recolhidos pelo governo poderiam compor um fundo de reserva destinado a financiar os produtores nos períodos de crise. Simon recebeu também o aval do senador Lauro Campos (PT-DF), para quem juros e impostos se igualam nos efeitos que provocam no mercado, mas diferenciam-se num ponto fundamental: os juros altos aumentam os lucros do setor financeiro, enquanto o aumento do IPI seria canalizado para o governo.



João Rocha: Taxas de juros do Brasil são as mais altas do mundo

Maldaner e Freitas temem onda de falências no país

As altas taxas de juros vigentes no país e os níveis atuais do câmbio foram apontados pelos senadores Freitas Neto (PFL-PI) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) como grandes culpados pela crise econômica que ameaça desencadear um processo de falências em larga escala. Os parlamentares fizeram apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso no sentido de que determine a imediata revisão dessas duas diretrizes da política de seu governo.

Na avaliação de Freitas Neto, as altas taxas de juros cobradas dos agentes econômicos contrastam com a remuneração dos aplicadores no mercado financeiro e estabelecem um ônus pesado e de efeito duvidoso com relação ao su-



Freitas Neto

cesso do Plano Real. Para uma remuneração mensal dos aplicadores em torno de 3,9 por cento, lembrou o senador, os tomadores de empréstimos pagam de 16 a 18 por cento nesse mes-

mo período.

Já o senador Casildo Maldaner fez crítica à atual taxa de câmbio que, segundo ele, está ameaçando quebrar amplos setores de atividades, como a indústria de calçados no Rio Grande do Sul e o setor moveleiro de Santa Catarina. Maldaner fez um apelo ao ministro da Fazenda e ao presidente da República, no sentido de que estendam à indústria moveleira catarinense o mesmo programa de apoio implantado pelo BNDES para os calçadistas gaúchos.



Casildo Maldaner

As taxas de juros praticadas pelo governo estão crescendo diariamente cerca de US\$ 100 milhões ao estoque da dívida pública mobiliária federal. A revelação foi feita pelo senador João Rocha (PFL-TO), durante discurso pronunciado sexta-feira, quando condenou os juros vigentes e a falta de regulamentação para os capitais especulativos que ingressam no país.

Para João Rocha, esses dois fatores ameaçam seriamente o Plano Real, considerado o mais eficiente e exitoso conjunto de medidas de estabilização monetária colocado em prática na história recente do país.

As taxas de juros brasileiras, ao lado das verificadas no México e na Rússia, são as mais altas em todo o mundo, segundo o parlamentar. A solução do problema, na opinião de João Rocha, não é simples, pois a política de juros altos chegou a um ponto insustentável. No entanto, alertou, a condução dessa política dependerá do êxito ou do malogro da estabilização econômica brasileira.

João Rocha disse que, ao invés da âncora cambial, o governo deveria optar pela âncora fiscal, com uma efetiva reforma tributária, único meio capaz de sustentar o sucesso definitivo de um plano de estabilização.

Rocha criticou também a falta de normas para os capitais especulativos, sugerindo que seja estabelecido um período mínimo de permanência no país para esse tipo de investimento. Ele mencionou o exemplo do Chile, considerado o país mais estável do subcontinente, que exige, por dispositivo legal, que os investimentos estrangeiros permaneçam no país por um período mínimo de dois anos.

Partes excluídas podem voltar à Lei de Patentes

Relator da proposta na CAE pretende restabelecer a *pipeline* e o direito de patentes no setor de biotecnologia

A *pipeline* e o direito de patente no setor de biotecnologia serão novamente incluídos no projeto de Lei de Patentes, segundo informou o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), ao anunciar que fará modificações no substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, elaborado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Fernando Bezerra é relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos.

Pipeline é o instrumento

pelo qual uma indústria pode registrar um produto antes de fabricá-lo em escala industrial e ter o direito à patente reconhecido e, segundo o senador Fernando Bezerra, serve para garantir direitos na fase de transição até a implantação definitiva da nova legislação. O direito à patente em biotecnologia significa que um laboratório pode modificar geneticamente um organismo vivo e patentear-lo, explicou.

- Temos que reconhecer que o mundo mudou. Não pode-

mos ficar isolados, sem uma legislação que nos garanta a integração na economia internacional. É claro que vou examinar e discutir todas as emendas que surgirem, mas tendo a incluir a *pipeline* e as patentes biológicas no projeto - disse o senador.

É justamente no setor de biotecnologia que a reação é mais forte, tanto por parte da Igreja Católica, quanto dos partidos de esquerda e das correntes nacionalistas, observou.

Amorim defende melhoria para os militares

A modernização e o reaparelhamento das Forças Armadas, bem como a recuperação salarial da tropa, foram defendidas pelo senador Ernandes Amorim (PDT-RO) como as "duas frentes de ação que devem ser apoiadas com vistas a devolver aos militares a dignidade perdida". Segundo o senador, a situação financeira dos militares "pode ser considerada, sem nenhuma concessão ao exagero, vergonhosa".

- A situação salarial da tropa é desesperadora e todas as notícias que temos sobre essa questão nos permitem dizer que existe um verdadeiro processo de proletarização dos militares - disse Ernandes Amorim, afirmando que há oficiais do Exército, no Rio de Janeiro, morando em favelas, por não ter capacidade econômica para pagar um aluguel na cidade.



Amorim

O senador fez um retrospecto do papel histórico das Forças Armadas na defesa do país e de suas instituições, destacando a função social que desempenha e a sua importância para a defesa das fronteiras brasileiras. Na sua opinião, as Forças Armadas devem receber mais recursos de modo a reverter o "lento declínio" a que vêm sendo submetidas.

O senador fez um retrospecto do papel histórico das Forças Armadas na defesa do país e de suas instituições, destacando a função social que desempenha e a sua importância para a defesa das fronteiras brasileiras. Na sua opinião, as Forças Armadas devem receber mais recursos de modo a reverter o "lento declínio" a que vêm sendo submetidas.

Fogaça prevê mais investimentos em energia com nova lei

O Brasil precisa investir no mínimo US\$ 25 bilhões no setor de energia, nos próximos cinco anos, para conseguir acompanhar o crescimento da economia, afirmou o senador José Fogaça (PMDB/RS), ao destacar a importância da nova Lei de Concessões, da qual foi relator no Senado.

Fogaça, que falou durante encontro realizado ontem em São Paulo sobre "A Energia Elétrica e o Empreendedor", promovido por uma revista especializada no setor, disse que está ocorrendo um

novo momento para os capitais do mundo.

- Eles vêm para investimentos em infra-estrutura, estrada, energia elétrica, e, quando há uma certa segurança no sentido de que poderão, com o tempo, ter o retorno e que não serão lesados nesses investimentos, pois, agora, quem dá essa garantia é a Lei de Concessões - frisou.



José Fogaça

A nova lei, acentuou Fogaça, permite a organicidade para as concessões e preenche um vazio legal que havia pela inexistência de uma regra.

Ademir pede urgência para reforma agrária

Por ser do estado onde se concentrariam os maiores conflitos de terra, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) dirigiu apelo ao presidente da República e aos ministros da Agricultura, Planejamento e Fazenda para que "olhem a reforma agrária no Pará com olhos de quem quer dar uma solução ao problema fundiário."

Ademir argumentou que o cerne da questão está na falta de recursos para se levar adiante o programa planejado para o estado. De acordo com o senador, se o programa for implementado resolverá um dos mais sérios problemas do Brasil.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.